

Um programa sem traumas para o setor produtivo

por Roberto Baraldi
de São Paulo

O programa econômico de governo elaborado pelo Partido dos Trabalhadores é definido por seus idealizadores, um grupo heterogêneo de vinte economistas, como "democrático-popular", tendo como objetivos, a consolidação da democracia e a melhoria de distribuição de renda.

O economista Jorge Mattoso, um dos coordenadores do grupo de assessores econômicos, afirma que o conjunto de propostas petistas busca a modernização da economia brasileira através do incremento da competitividade da indústria e do desenvolvimento tecnológico, dando prioridade ao aumento da capacidade interna de consumo.

Mattoso garante que o programa não prevê o "calote" da dívida interna. "Ao contrário: vamos sentar e negociar com os principais detentores da dívida, com o objetivo de canalizar o capital de espera para o setor produtivo", diz Mattoso. Para ele, o acordo é possível se o governo mostrar à sociedade que o País é governável e apresentar com clareza suas metas econômicas.

"Nossa meta é garantir o desenvolvimento auto-sustentado, voltado para a produção de bens de consumo", acrescenta o economista. Através da negociação, o grupo de economistas acredita ser possível transferir ordenadamente recursos do mercado financeiro para a esfera produtiva. O programa não prevê medidas traumatizantes para o setor produtivo. "Não vamos retirar subsídios de dia para a noite. Mas ficará claro que subsídios são medidas temporárias, adotadas com o conhecimento público e sujeitas a metas", argumenta Mattoso.

O Estado, na concepção petista, deve estimular e ordenar o crescimento. "Para cumprir sua missão, o perfil do Estado deve ser mudado. É preciso desprivatizá-lo, para que deixe de agir em benefício de uns poucos grupos econômicos, define Mattoso. O

programa econômico não descarta a privatização de algumas estatais, mas defende um programa restrito, que não tire das mãos do Estado setores estratégicos.

A elevação do poder aquisitivo dos salários é, de acordo com Mattoso, uma meta gradual, decidida e transparente. "Não é possível multiplicar salários de um dia para outro, sem que a este ganho corresponda aumento da capacidade de produção", enfatiza. A distribuição de renda proposta no programa não se limita à política salarial, mas abrange também as políticas social, tributária, industrial, agrária e agrícola.

O economista também destaca a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de ampla auditoria do débito. "Sabemos o resultado da dívida, mas não conhecemos sua origem", ele diz.

Os bancos privados estrangeiros seriam então o principal alvo da estratégia econômica da Frente Brasil Popular, que, paralelamente à suspensão do pagamento da dívida externa, pretende manter abertas as linhas internacionais de créditos comerciais. Mattoso não acredita que a medida representará o isolamento do País. "As grandes nações capitalistas sempre terão interesse em vender e comprar do Brasil", assinala.

Quanto ao combate à inflação, o grupo entende que a situação no momento da posse exigirá a definição de política específica. "Não sabemos sequer se encontraremos uma inflação de 50% ou mais ao mês ou um processo de hiperinflação", pondera Mattoso.

Quanto à reforma agrária, José Graziano, integrante do grupo de economistas, diz que o candidato petista tem duas metas: regulamentação ampla do que seja terra produtiva (e, pela Constituição, impossível de ser desapropriada para fins de reforma agrária) e o assentamento de 400 mil pessoas envolvidas em conflitos de terra.